

Encontrar um amigo que se compadeça da nossa desgraça é fácil, mas encontrar um que se alegre com o nosso êxito isso é que vale a pena, isso é que é difícil

OSCAR WILDE

ANO VII — N.º 177

MARÇO

15

1959

A Voz de Loulé

QUINZENARIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

Composto e impresso na

TIPOGRAFIA UNIAO

Tel. 154 — R. Tenente Valadim, 30 — FARO

DIRETOR

Jaime Guerreiro Rua

EDITOR E PROPRIETARIO

José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração
GRAFICA LOULETANA
Tel. 216 — R. da Carreira, 42-44 — LOULÉ

Sempre a terra

A agricultura algarvia faz lembrar aquele barco que, em maré de má sorte, esbarrou num bâlxio e aí ficou à mercê das ondas que, a pouco e pouco, o vão esfacelando, ao mesmo tempo que a pirataria faz sortidas sobre sortidas e o vai despojando de tudo quanto oferece algum valor. Se a comparação não resulta completa, porque o meio é diferente, fica, ao menos, aproximada.

Tal como sucede ao barco, cuja guarnição o abandonou aos poucos, também na agricultura se deu o abandono por parte do braço trabalhador, que, desiludido e sem esperanças, preferiu mourejar terras de outros países a viver dum jorna que só lhe proporcionava fome e miséria. Ficaram no entanto alguns trabalhadores, isso ficaram; mas são pessoas duma idade em que o trabalho pouco rende, e ainda que a jorna a atribuir seja baixa, esse trabalho está a ficar bastante caro para aqueles que dele precisam.

Não querem atentar nesse facto aqueles que vivem à margem da lavoura algarvia, aqueles a cujas mãos vão parar os resíduos duma economia que outrora foi próspera e que hoje vive do

capital que outras mãos acumularam. Sim, porque para termos ainda hoje figueiras, alfarrabeiras e amendoeiras foi preciso que outras mãos preparam as terras e a cobrissem com as árvores que hoje desfrutamos. Quando essas árvores desaparecerem, por velhice ou por cancro, quem é que as substituir? — Quem é que dispõe de capital para refazer as terras e onde estão os trabalhadores para executar os respectivos trabalhos?

Talvez por isso mesmo, talvez pelas dificuldades que certos magnates encontram para responder a estas perguntas é que eles se atiram de cabeça e à porfia sobre o terreno, que sentem fugir-lhes debaixo dos pés; o servo da gleba pode desaparecer por completo; o feudo pode ficar vazio de gente; e então há que

(Continuação na 2.ª página)

José João Ascensão Pablos

A hora em que o nosso jornal está na máquina, decorre, no Hotel Aliança, em Faro, um jantar com que um grupo de amigos presta homenagem ao nosso prelado conterrâneo e amigo, sr. José João Ascensão Pablos que há pouco deixou de exercer as fun-



ções de Presidente da Câmara Municipal desta Vila.

Não é possível dar notícia detalhada desse acontecimento e por isso a «A Voz de Loulé» gostosamente compartece nessa homenagem transcrevendo as palavras que o seu director, na qualidade de representante das Ordens dos Advogados e dos Médicos, pronunciou na Sessão do Conselho Municipal de 14 de Fevereiro, e que o mesmo Conselho aprovou por unânimidade.

(Continuação na 4.ª página)

O Santuário

DE

Nossa S. da Piedade

Reuniu numa das Salas da Câmara a Comissão que Sua Ex.º Rev.º o Senhor Bispo do Algarve quis que se nomeasse para levar a efeito a construção do nosso Santuário da Nossa Senhora da Piedade. Parece que enfim se vai dar novo impulso a tal empreendimento e, vamos lá, que já não é sem tempo.

A Comissão que é presidida pelo Rev. Prior da freguesia de S. Sebastião Padre Joaquim da Palma Viegas, representado para o efeito pelo Rev. Padre Luís Celato, tem como Vice-Presidente nato o sr. Presidente da Câmara, para Secretário o Dr. Jaime Guerreiro Rua, Tesoureiro o Dr. António Rodrigues Correia e como vogais os srs. João Valadares d'Aragão e Moura, Albano Maria de Aragão Faisas, Raul Rafael Pinto, Drs. Aires de Lemos Tavares e Teodoro de Sousa Pedro, José da Costa Guerreiro, Rui Eduardo da Glória Centeno, Jo-

Somos poucos e por vezes

(Continuação na 4.ª página)

RAÍZES ANTIGAS

Um romancista brasileiro — e de nomeada — anda, presentemente, a percorrer Portugal, onde nunca viu.

Ver Portugal é, sem dúvida, um desejo de quantos tiveram as suas raízes nessa terra antiga e que um dia partiram para outras paragens.

Do escritor que visita, agora, a Pátria velha eram os seus avós, uns do Douro, outros da Ilha de Santa Maria.

Como este romancista, Erico Veríssimo, grandes nomes de literatura e das artes se fizeram, longe da terra antiga. E neles se podem e devem rever aqueles que trabalham distantes de Portugal e que, com o seu labor, dignificam o nome português.

Segundo lemos no «Diário Popular» de 2 de corrente e segundo informações posteriores que colhemos, a C. P. parece que tentavam fazer substituir as automotoras «Nobabs» que actualmente, com tanta insuficiência e falta de segurança, mantêm a ligação do Algarve com o Barreiro, por automotoras «Allans», próprias para carreiras de longo curso. Porém parece que logo se arrependeram pois os algarvios não vale a pena proporcionar-lhes mais comodidades. Eles podem muito bem continuar viajando nos veículos cuja leveza e conse-

quente insegurança, se nota no balancear quando seguem a alta velocidade, sentados em potronas que se suportam razoavelmente uma ou duas horas, mas que são incômodas para o longo percurso Faro — Barreiro.

Parce que é o sr. Engenheiro Director de Tracção quem pretende desviar as «Allans» destinadas à carreira do Algarve para serviço em outra região (certamente mais simpática à C. P.) e cujo estudo está a começar, sob a peregrina alegação de que tais automotoras não podem ser revistas no Barreiro!

E nós a pensarmos que as oficinas do Barreiro eram um mimo! Valha-nos Deus, Senhor Engenheiro Director de Tracção, é bom lembrar-se de que no Algarve também há pessoas que têm direito a comodidades e que os algarvios também são portugueses.

Daqui damos o apoio, fraco e longinquamente, é certo, a todos os que em Lisboa, e especialmente destacamos a prestimosa Casa do Algarve, trabalham para que a C. P. confirme a boa vontade que teve uma vez ao estabelecer as carreiras diárias de automotoras e não volte (ou não continue, co-

mo até aqui, salvo aquela exceção) a ter pelo Algarve e pela sua gente, o mesmo ativo desprezo que já mais de uma vez asinalámos verificar-se nos seus serviços.

E que, no caso, não se trate só de comodidade, está em causa uma maior margem de segurança a que nos julgamos com direito. Vamos lá, Senhores da C. P., dêm lá uma esmolinha a esta pobre gente da Província enteada do País, para que deixe de ser o museu, ainda que movimentado, das antiguidades do caminho de ferro.

Apelo necessário

O curso com que se inaugurou a Escola Técnica desta vila termina no ano corrente pelo que, se não forem criados os subsequentes cursos de Formação Profissional, os alunos terão de transitar para outro estabelecimento (Faro ou Silves) ou ficarão com os pequenos rudimentos recebidos no ciclo preparatório.

Sabemos que a Câmara Municipal desde há meses se vem esforçando por conseguir as instalações de que depende a criação dos cursos de formação, mas infelizmente sem êxito. Não existindo casa de que disponha, o município, por falta de disponibilidades e até porque seria anti-económico, não pode erguer um edifício para, provisoriamente, instalar as aulas até que um dia surja o edifício apropriado.

Se as actuais instalações são já insuficiente para as aulas do próprio ciclo preparatório, cuja frequência aumentou e vai aumentar, a situação da Escola Técnica passa a ser de difícil manutenção, com grave risco para si, que foi, durante muitos anos uma das maiores e mais legítimas aspirações do concelho.

Graves serão os prejuízos para a massa escolar cujos cursos se riem, a muitos dos seus componentes, irremediavelmente cortados.

Sabemos que a Direcção Geral iria criar cursos de carpinteiros, marceneiros, serraleiros-mecânicos, ceramista, montador electricista, etc., que a frequência justificasse, mas não poderia fazê-lo se, até ao fim do mês, a Câmara não puser à sua disposição edifício adaptável que, nas actuais circunstâncias, poderá ser até um armazém.

Esta urgência resulta de terem de ser feitas obras, terem de ser recrutados professores e de terem de ser satisfeitas formalidades burocráticas de modo a tudo funcionar em Outubro.

Ao dar este rebate apelamos para toda a população, no sentido de, com os seus alívios ajudar a resolver tão instante problema e para a boa vontade de quem possa, neste momento, ceder edifício que a Câmara possa utilizar.

O Almirante Gago Coutinho

E A PÁTRIA

«A Pátria honra, que a Pátria vos contempla...»

A Pátria acaba de perder um dos seus filhos mais ilustres e a ciência um dos seus mais assinalados cultores e um dos seus mais gloriosos ornamentos. Choremos convulsivamente a sua perda, porque a vida não é eterna, mas orgulhemos-nos firmemente da sua glória imarcasável, da grandiosidade do seu nome, da projecção universal da sua ciência. A aviação deve-lhe imenso e a glória de Portugal, por intermédio de tão ilícito cidadão, será eterna.

Descobriu a orientação das aeronaves.

O que se fazia ao acaso, balizava por pontos de referência previamente colocados, conseguiu

Gago Coutinho tornar certo e exacto através do seu maravilhoso sextante, em que a linha do horizonte lhe era dada por nuvens de fumo, e ele, matemático insigne, podia de momento a momento determinar o lugar que ocupava no espaço infinito, sem qualquer outro ponto de referência.

Foi na primavera de 1922, vemos essas horas de epopeia e de exaltação patriótica. Já não o esqueceremos, e os transportes de contentamento, unção patriótica e júbilo que brotavam de todos os lados, dos cínticos ao povo, dos professores aos alunos, das classes elevadas aos humildes, todos irmados num sentimento indescritível de glória e de emulação, eram inexcusáveis.

Descobriramos científicamente, exactamente, com verdadeiro conhecimento das regras de navegação.

(Continuação na 3.ª página)

RAÍZES ANTIGAS

Um romancista brasileiro — e de nomeada — anda, presentemente, a percorrer Portugal, onde nunca viu.

Ver Portugal é, sem dúvida, um desejo de quantos tiveram as suas raízes nessa terra antiga e que um dia partiram para outras paragens.

Do escritor que visita, agora, a Pátria velha eram os seus avós, uns do Douro, outros da Ilha de Santa Maria.

Como este romancista, Erico Veríssimo, grandes nomes de literatura e das artes se fizeram, longe da terra antiga. E neles se podem e devem rever aqueles que trabalham distantes de Portugal e que, com o seu labor, dignificam o nome português.

O facto trouxe o alarme ao consumidor e causou prejuízos que ninguém indemniza aos comerciantes de marisco e afinal a 5 dos pesqueiros se levantou já a interdição, por se verificar não estarem elevados.

Bastaria interditar os viveiros suspeitos, sem barulho nem alarme de que, como diz amigo nosso, fici necessário para inglês ver.

Fosse ou não, o que não nos parece é que tivesse justificação.

Mais uma vez o Algarve — agora pela bolsa dos ameijoeiros — paga as favas.

Constituiu assunto apaixonante no nosso meio, e até fora dele, o artigo que publicámos sobre este magnifico problema, no penúltimo número do nosso quinzenário.

Foi diversamente discutido e apreciado o que aqui escrevemos, seguro indicio de que é de palpitante interesse para a vila e seu concelho, o importante problema das suas comunicações fáceis, rápidas, cómodas e económicas com o resto do País.

Várias pessoas aplaudiram e exteriorizaram o seu caloroso incentivo, e são estes os interessados no progresso expansão da nossa vila. Desejam que ela re-

Ligações à Estação do Caminho de Ferro

tome a cadência de terra trabalhadora, progressiva e bairrista,

desejosa de se desenvolver e progredir, ansiosa de acertar o passo.

Outros leitores manifestaram o seu desacordo, alegando que é impossível o que se pretende, dizendo que tal assunto não deve ser versado como foi, pois induz o povo em erro e faz-lhe criar ilusórias esperanças que não podem ter efectivação.

Meditámos séria e detidamente sobre o assunto, e três hipóteses se nos apresentaram. Ou o caso não deve ser debatido, porque não convém agitar o problema na imprensa, mas essa hipótese deve ser posta de parte, porque justamente para tratar de interesses de carácter regional e local é que existe o periódico e negarla a sua própria razão de ser, se recusasse debater estes e

(Continuação na 2.ª página)

Roubei-te um beijo e disseste que ser ladrão é pecado...

— Deixa, pois, devolver-te o beijo que foi roubado.

A Casa do Algarve e o nosso jornal

Da nossa casa regional em Lisboa recebemos uma penhorante carta em que se nos comunica ter sido exarado, na acta da última Assembleia Geral, um voto de saudação e agradecimento, pelo incitamento e ajuda que «A VOZ DE LOULÉ» tem prestado às suas iniciativas.

Nada tem que nos agradecer a CASA DO ALGARVE, pois nada mais fizemos que o que nos competia. Para isso aparecemos e para isso temos feito todos os sacrifícios e nos temos sujeitado a algumas provações. Somos poucos e por vezes

(Continuação na 4.ª página)

Ligações à Estação do C. Ferro

(Continuação da 1.ª página)

outros assuntos de palpante interesse para a vila e seu concelho. Essa hipótese por absurda fica portanto de lado.

Ou pode ser também o da falta de competência para entendimento destas coisas, de quem estas linhas subscreve. Aqui há talvez um pouco de razão. Porém, cremos não ser monopólio de uns tantos a inteligência, com inteiro prejuízo dos demais.

Quando é preciso estudarem-se os assuntos, estudam-se, e o modesto plumbito está disposto a isso. Se aí a sua inteligência claudicar, se não for capaz de chegar onde outros chegam, terá que se render à evidência e deixar que esses outros tratem e agitem problemas que ele, mau grado a sua vontade, não pode abarcar.

Se porém isso se não der, surge uma terceira hipótese, que então é mais séria e grave. Seria a de que, os louletanos não têm entendimento suficiente e se deixariam imbuir por trapaças. Não se trata de trapaças, como claramente temos exposto, nem o entendimento dos louletanos é tão fraco que não saibam aquilo que lhes interessa e convém, e as possibilidades ou dificuldades de o conseguirem, e além do mais, seria inútil assim pensar.

Existem, felizmente na nossa vila e seu concelho inteligências que têm marcado em todos os ramos do saber humano e não está por certo extinto o alforre de onde elas brotam, o povo que trabalha e luta para viver e prosperar, seria injusto crer que não sabem distinguir o trigo do joio, o bem do mal, o interesse da terra do seu prejuízo, o justo do injusto, o razoável do fantástico.

Não são por isso de atender tais apreciações. Temos a certeza de que são deformações de visão, ou até errônea interpretação dos factos e de suas consequências.

Quando uma pessoa mete um

Ministério da Economia
Secretaria de Estado da Indústria
Direcção Geral dos Combustíveis

EDITAL

FERNANDO AFONSO VIEIRA CAMPOS, Engenheiro de 2.ª classe, exercendo as funções de chefe da 3.ª Repartição da Direcção-Geral dos Combustíveis.

FAZ SABER QUE:

Maria Joaquina, requereu alvará de licença para instalar um armazém de combustíveis domésticos (carvoaria), incluído na 3.ª classe, com os inconvenientes de poeira e perigo de incêndio, sito na Rua Eng.º Duarte Pacheco, 78, freguesia de S. Clemente, concelho de Loulé e distrito do Faro.

Nos termos do Regulamento das Indústrias Insalubres, Incômodas, Perigosas ou Tóxicas e dentro do prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste Edital, podem todas as pessoas interessadas apresentar reclamações por escrito, contra a concessão da licença requerida e examinar o respectivo processo nesta Repartição, na Avenida Miguel Bombarda, 6, em Lisboa.

Lisboa, e Direcção-Geral dos Combustíveis, em 3 de Março de 1959

Pelo Chefe da 3.ª Repartição,
O Eng.º de 2.ª classe
Fernando Afonso Vieira Campos

VENDE-SE

Um balcão de 3,80 m., com gavetas e armário; uma estante e secretária de mogno; um armário, uma escrivaninha em casquinha e um cofre.

Nesta redacção se prestam informações.

EXCURSÃO

AO

SUL DE ESPANHA, GIBRALTAR E TANGER

De 22 de Abril a 3 de Maio

Visitando: SEVILHA, CORDOBA, GRANADA, MALLORCA, LA LINEA DE LA CONCEPCION, GIBRALTAR, ALGECIRAS, TANGER, assistindo à tradicional Feira de Sevilha, e visita às Grutas de ARACENA

Em moderníssimo Auto-carro da E. V. A., Lda.

Organização da AGENCIA PENINSULAR DE VIAGENS E TURISMO

Direcção de MANUEL A. VIEGAS

Telefone 216

Rua Conselheiro Bivar, 58

FARO

SEMPRE A TERRA

(Continuação da 1.ª página)

simples postal no correio, coloca-se implicitamente, além do mais, na obrigação de desejar a perfeição desses serviços e a segurança dos caminhos de ferro por onde diariamente transitam. Assim todos nós nos colocamos na obrigação moral e material de ajudar e desejar a perfeição e segurança de tais transportes. Outro tanto quando acompanhamos qualquer pessoa aos transportes rodoviários, isto é às carreiras de camionetas, ou nos utilizamos dos serviços da camionagem de carga. Concomitantemente nos colocamos também na obrigação de zelar o bom estado e perfeição das estradas por onde tais veículos circulam e tudo o mais que lhe dize respeito.

Assim faz toda a gente bem formada, e assim o exigem o imperativo da consciência cívica e os deveres de humanidade.

Os dois transportes são por estes e tantos outros motivos, igualmente úteis e necessários à nação e ao país. Procurar defender, ajudar e fomentar o seu desenvolvimento é dever de todos e obrigação moral a que ninguém deixa de consciente e boa formação cívica e social, por certo se eximirá.

Reconhecida a necessidade e conveniência destes dois meios de transporte, importa conjugar os seus esforços para o bem público e é nesse sentido que devem tender todas as diligências.

Amigos representam enormes investimentos de capitais, ambos são o emprego de avultado número de pessoas e amparo de numerosas famílias, expressão de vitalidade e progresso.

Os seus esforços devem integrar-se e completar-se e não dispersar-se, e é conhecido existir oficialmente uma Comissão encarregada de rever o regime vigente de coordenação de transportes terrestres.

Por ser já demasiado extenso este nosso arraçoado, deixaremos para posterior escrito o que pensamos sobre as conveniências de coordenação de transportes e sua imperiosa necessidade, apenas como modesta alegria para a solução de tão momentoso problema, cuja acuidade é bem patente.

Os poderes públicos atentariam, por certo, nas razões que nos assistem.

Um louletano

aproveitar o tempo e obter o maior lucro possível antes que seja tarde, antes que a galinha que põe os ovos de ouro seja comida por qualquer outra tribo. Dentro deste clima, ou melhor, dentro deste quadro psicológico, a lavoura algarvia viu-se despojada do direito de dispor livremente dos seus frigos de caldeira e obter deles todo o rendimento possível.

Isto quanto aos frigos. Passando aos alfarrobas, cujo valor se mantinha, há uns anos, estabilizado acima de vinte escudos a arroba a perspectiva é um pouco pior, por quanto a manobra envolve toda a mercadoria, como se vê ver. Cabe ao alto comércio, pelo volume dos seus capitais, quase toda a exportação de alfarroba. A compra ao produtor faz-se por intermédio dos pequenos comerciantes nos locais da produção. São estes intermediários que animam o mercado de compra e venda na fonte produtora, conduzindo depois a mercadoria ao alto comércio, que vai pagando conforme entende, geralmente em marcha ascendente, a princípio.

Quando este alto comércio se julga na posse dum boa porção, o suficiente para inundar o mercado, inverte o papel de comprador e oferece por preço muito mais baixo do que o corrente, àqueles mesmos intermediários que até ali eram vendedores, as quantidades que estes possam comprar. O intermediário cessa imediatamente de fazer compras ao produtor e volta-se para o alto comércio que, passados dias, responde-lhe com novas ofertas e novas baixas, exigindo-lhe a entrega correspondente a mercadoria já transacionada.

Atento ao fraco poder de compra do intermediário, este não volta a comprar e faz uma espécie de capulitização entregando a mercadoria pelo preço da última oferta. Está assim realizada a baixa que vem por fim atingir o lavrador, com imediato reflexo no trabalhador rural.

A lavoura, porém, conhecendo destas manobras, aguentava-se como podia e esperava pela ressaca. Entretanto foi-se montando uma indústria de farinização de carregos de alfarroba, de cuja propriedade o alto comércio era coparticipante. A pretexto de proteger esta indústria, e com o argumento de que isso viria beneficiar a agricultura, reclamou-

— Tratar com herdeiros de Francisco Ricardo Bárbara — Vale d'Éguas — Loulé.

— para ela a entrega de metade dos carregos destinados a exportação. Pediu-se um privilégio, que era a entrega dos carregos, mas não se pediu a obrigação inerente, que seria aceitá-los. O reflexo não se fez esperar, quer no pequeno comerciante, quer no lavrador, que é afinal quem paga as favas. Como se isso não bastasse, a invenção sobre novo degrau e vem com esta exigência: Não poderão exportar-se quantidades inferiores a cem toneladas.

Ora cem toneladas, que é o mínimo da exportação, somadas às outras cem destinadas à indústria, que pode aceitá-las ou não, traz uma imobilização de capital completamente incompatível para o pequeno e médio comerciante. Nestas condições só pode exportar o alto comércio. Isto na ordem interna, ou seja com a mercadoria exportada. Quantos ao estrangeiro importador, as dificuldades encontradas são as mesmas, por quanto quem dispuser de capital só para cincuenta toneladas, por exemplo, não irá certamente comprar as cem impostas à exportação; antes procura outros mercados que lhe dão maiores facilidades.

A apoiar todos estes argumentos, aí estão os preços das alfarrobas em escala descendente, e aí está a lavoura a apertar o cinto em proveito do alto comércio e dessa malfadada indústria da farinização dos carregos de alfarroba.

Gil Brasino

VENDE-SE

Por motivo de ausência dos herdeiros, vende-se uma propriedade denominada «Campina», com 5 hectares, a 3 quilómetros da vila, junto à estrada Loulé — Quarteira. Tem oliveiras, amendoeiras, figueiras e terra de semear.

Tratar com herdeiros de Francisco Ricardo Bárbara — Vale d'Éguas — Loulé.

«A Voz de Loulé» — Loulé N.º 177 — 15 - 3 - 1959

Tribunal Judicial

Comarca de Loulé

ANÚCIO

2.ª publicação

Pelo presente se faz saber que pela Primeira Secção de Processos da Secretaria Judicial, desta comarca, e nos autos de Ação de Divisão de Coisa Comum que Albino Gomes, também conhecido por Albino Gomes Arriaga e ainda por Albino Gomes Arriaga, solteiro, maior, comerciante, residente em Porto Limão, apartado duzentos e oito, Repúlica da Costa Rica, move contra os citados e outros, correm editos de 30 dias, a contar da segunda e última publicação do presente anúncio, citando os requeridos

JOSÉ DA LUZ DE SOUSA, também conhecido por JOSÉ BELCHIOR, casado, marítimo, CASIMIRO BITA, casado, trabalhador, CRISTÓVÃO GOMES, casado, trabalhador, e VICENTE GOMES ARRIAGA, casado, trabalhador, todos ausentes e mpara incerta da Costa Rica ou dos Estados Unidos da América do Norte e cujas últimas residências conhecidas foram no povo e freguesia de Quarteira, desse mesmo comarca, para, no prazo de 10 dias, findo o dos editos, contestarem, querendo, o pedido feito pelo autor ou requerente, constante do duplicado da petição inicial que se encontra patente na Secretaria Judicial, desta mesma comarca, para lhes ser entregue quando solicitado, sob pena de se proceder à adjudicação ou à venda, seguindo-se os termos dos artigos 1.059.º e seguintes do Código de Processo Civil.

Durante o mês de Março poderão, como habitualmente, os beneficiários que pretendam gozar as suas férias, por intermédio da F. A. N. T., fazer a sua inscrição em impresso próprio, na Sede deste Organismo, Calçada de Santana, 180, ou nas suas Delegações.

As inscrições consideram-se para as seguintes Colónias de Férias e Albergarias:

«UM LUGAR AO SOL» — Costa da Caparica.

«MARECHAL CARMONA» — Foz do Arelho.

«DR. PEDRO THEOTONIO PEREIRA» — Albufeira (Algarve).

«ALBERGARIA DE RANHOLAS» — Síntra.

«ALBERGARIA DE MATOSINHOS».

Os turnos têm as seguintes datas e são idênticos para todas as Colónias de Férias e Albergarias:

1.º turno — 1 a 20 de Junho.

2.º turno — 23 de Junho a 12 de Julho.

3.º turno — 15 de Julho a 3 de Agosto.

4.º turno — 6 a 25 de Agosto.

5.º turno — 28 de Agosto a 16 de Setembro.

6.º turno — 19 de Setembro a 8 de Outubro.

Loulé, 21 de Fevereiro de 1959

O Chefe da 1.ª Secção

Joaquim Guerreiro Brasão

Verifique a exactidão

O Juiz de Direito

Marino Barbosa Vicente Júnior

Uma excursão à Serra do Algarve

Pelo DR. MANUEL VIEGAS GUERREIRO

(CONTINUAÇÃO)

VI

O sítio é de poucos moradores. Encontramos pouada em uma casa pobre, onde dispomos a tralha para o almoço. O meu capacete africano intimidava tanto esta gente humilde. Supõe-me guarda-fiscal, republicano ou guarda-rio. Abrem-me as portas, reticentes e desconfiados. Aqui é uma mulher já velha que me recebe. Um moço de lavaria derrela-se sobre uns sacos de cereal. Um gaiato espreita da rua. Digo quem sou e ao que venho. Ganha-se um pouco de confiança. Os de fora, depois de nos identificarem, caem-nos em chusma sobre a roda. E matam a sofrer a freguidão de novidades, de falar, de saber coisas.

Como de costume, a princípio, ninguém sabe de velharias. Pergunto por adivinhas e disse eu próprio uma do meu repertório. Foi quanto bastou para desatar a lingua à dona da casa.

— Então aponte lá esta! exclamou, sorridente.

Há duas aves negras,
Todas duas dum parecer:
Uma come e não bebe
E outra é viva sem comer.
Tu não sabes e eu te digo:
O mosquito bebe sangue
e o gorgulho come trigo.

E mais estas:

Por cima, linho,
Por baixo, pinho,
De roda, amores
E no meio, flores.

R. — A mesa.

Oh, que lindo ramalhete!
Nem cozido, nem assado,
Nem comido com colher;
Não adivinhas este ano,
Nem para o ano que vier,
Se te eu não disser.

R. — Uma romã.

Tigelinha de ferro, baracinho de linho,
Toca-lhe, toca-lhe com um pauzinho.

R. Candeia de ferro.

Fui à serra serrar um madeiro,
Não tinha palmo nem meio palmo;
Vim para casa, fiz dois tabuleiros
E duas tábuas de tender
E ainda sobrou um cocharrinho para mim beber.

R. — Dentes e bolota.

Nisto se está, quando chega uma filha da dona da casa. Olha, desconfiada, para o ajuntamento, e, ao ver-me de papel na mão, volta-se embravecida para a mãe e grita:

— Vossemec não sabe nada! Calce-se!

É com algum trabalho que convenço a moça de que não venho por mal. E, por fim, até me pedia que a fotografasse. E tecedeira e pude com gosto admirar a sua arte em toalhas, mantas e panos de linho. O teir, primitivo, merecia minucioso estudo. Fica para outra vez, para excursão mais demorada.

Abalamos para a Sarnadinha. A vereda, em que nos afundamos coleia entre matos altos e resistentes. As calças tingem-se do vermelho das estevas e a besta velha, quase sempre sem carga, vai roçando o mato e abrindo caminho.

(CONTINUA)

Gago Coutinho

(Continuação da 1.ª página)

gação, novas rotas marítimas, e lançávamos o mesmo facho de luz na imensidão dos espaços. A que maior glória, como portugueses, poderíam aspirar?

Isso o devemos ao grande sábio que passou neste momento à eternidade, porque à glória de há muito já, que por seus trabalhos científicos, históricos e geográficos, se havia guindado.

Lebramo-nos de que na altura do grande feito que espantou e conquistou a admiração do mundo inteiro, um aviador estrangeiro pretendia demonstrar que pela T. S. F. se poderiam guiar as aeronaves, como, dizia, o estavam fazendo os portugueses. Os nossos aviadores esclareceram que não era pela T. S. F., mas pelo sextante modificado e adaptado por Gago Coutinho e este e seu companheiro de glória Sacadura Cabral foram a Paris à Sorbonne fazer a demonstração clara e precisa do seu invento. Foi a apoteose. Estava descoberto a maneira de viajar pelo ar com segurança absoluta das rotas seguidas. Foi enorme a consagração recebida, e o seu invento passou a ser usado em todas as atrações do Mundo.

Glória a Gago Coutinho!

A sua modestia não permitiu que se lhe fizessem funerais nacionais e quis ser inumado junto dos que em vida lhe foram queridos. Ao Governo coube respeitar a vontade do glorioso Almirante e o seu desejo foi fielmente cumprido e religiosamente respeitado. Foi bem.

Porém a Pátria tem uma grande dívida a saldar perante si mesma e perante o Mundo agradecido. A Pátria deve saldar essa dívida.

Passado algum tempo, o julgamento indispensável para lhe ser erguido um monumento na arca sagrada dos Jerónimos, junto dum cenotáfio ao seu companheiro de glória Sacadura Cabral, devem ser para ali trasladadas as suas gloriosas cinzas, com o devido respeito pelos seus queridos mortos que na eternidade ficarão agraciados e orgulhosos, sentindo, se assim me é permitido expressar, consolação íntima em que a Pátria glorifique e honre quem tanto trabalhou, também, para a honrar e exaltar.

Comungamos, pois, na mesma ideia dos que advogam a glorificação do cientista e do herói na Panteão Nacional onde dormem o sono eterno os que à Pátria deram todo o seu ser.

Orgulhemos-nos algarvios de serem do Algarve os ascendentes do glorioso Almirante.

De Faro eram seus pais José Viegas Gago Coutinho e D. Fortunata Maria da Cruz, primos-irmãos, onde nasceram respetivamente em 24-10-1833 e 6-12-1834, tendo-se consorciado na Sé de Faro em 6-7-1867. De S. Brás de Alportel era seu avô paterno Manuel Viegas Gago e de Faro sua avô paterna, onde se consorciaram em 2-6-1829, igualmente na Sé de Faro. Seus bisavós paternos Matias Viegas Teixeira e Bárbara Pires eram da Mesquita e dos Poços Ferreiros, respetivamente e consorciaram-se em S. Brás em 30-11-1805.

Pelo lado materno eram seus avôs Pedro da Cruz e D. Fortunata Maria, ambos de Faro, onde nasceram na freguesia da Sé, tendo-se ali consorciado em 30-1-1826, descendentes de Antônio da Cruz, de Faro, e de D. Ana Maria, da Fuzeta, baptizada em Moncarapacho, ao tempo do concelho de Tavira, e de Manuel Rodrigues Cavaco, de Salir, ligado a várias famílias de Loulé, hoje aqui existentes, e de D. Rosa Angelica, de Faro, descendente esta de Francisco José Pargana e de D. Feliciana do Carmo, de Portimão, por sua vez descendentes da família Cordovil, daquela localidade.

Gago Coutinho, nasceu em Lisboa na freguesia de Santa Maria de Belém, na Calçada da Ajuda, n.º 13, aos 17-2-1869, mas por seus ascendentes, seu avô paterno 1.º sargento de artilharia, a Arma das matemáticas, e a maioria deles mareantes, como então se dizia, era Algarvio, da terra de onde partiram tantos dos que nas caravelas descobriram novos mundos e onde o Infante de Sagres, implantou a sua gloriosa Escola. Que enorme satisfação sentimos ao escrever estas linhas. Porque aqui também é Portugal!

Glória a Gago Coutinho! Glória ao Algarve! Glória a Portugal!

M. G. P.

Correia & Pedro, Limitada

Por escritura de 25 de Fevereiro de 1959, lavrada a folhas 74 do respectivo livro de notas n.º 192-A, do notário da Secretaria Notarial de Loulé, Licenciado José Alves Maria, foi constituída entre Eduardo Correia e José de Sousa Pedro, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma Correia & Pedro, Limitada, tem a sua sede e estabelecimento em Loulé, no Largo Gago Coutinho, n.º 16 e 17, é de duração indeterminada e o seu começo terá início hoje.

2.º

O seu objecto é o comércio de máquinas de costura, ou qualquer outro comércio ou indústria que possa exercer sem dependência de autorização especial e que seja acordado entre os sócios.

3.º

O capital social é de 10.000\$00, em numerário, já integralmente realizado, dividido em duas quotas de 5.000\$00, pertencentes uma a cada sócio.

4.º

A gerência da sociedade fica confiada a ambos os sócios, com o uso da firma e dispensa de caução, ficando-lhes vedado o uso da firma em fianças, abonações, letras de favor e em quaisquer outros actos de responsabilidade alheia e estranhos aos negócios sociais.

5.º

A cessão de quotas a estranhos dependerá do consentimento dos sócios não cedentes.

6.º

Os balanços encerrar-se-ão em 31 de Dezembro de cada ano e os lucros líquidos apurados, deduzidos cinco por cento para o fundo de reserva legal, ou para outros fundos em que os sócios acordarem, ou os prejuízos, se os houver, serão divididos ou suportados pelos sócios na proporção das suas quotas.

7.º

A sociedade não se dissolverá pelo falecimento ou interdição de qualquer dos sócios e antes continuará com os herdeiros ou representantes do falecido ou interditado, se estes preferirem nela con-

Quarteira

VENDE SE terreno para construção, em rua paralela à Avenida Marginal.

— Barraca-Bar ISIDORO, com todo o mobiliário e direito à sua exploração, vende-se ou arrenda-se.

Tratar com Isidoro Martins dos Santos — QUARTEIRA — Telefone 19.

TRESPASSA-SE

Casa própria para qualquer ramo de negócio, na Rua do Tribunal, 21-23.

Tratar no local.

Transportes de Carga Louletana, L. da



Largo Tenente Cabedas — Telef. 30 e 17

LOULÉ

AGÊNCIA EM LISBOA

Rua de S. Mamede, 24-D (ao Caldas)
Telefone 22437

Agência em Olhão:

Avenida 5 de Outubro, 22-A

Telefone 193

LARAPIO

POUCO INTELIGENTE

O sr. Eduardo Correia é representante das máquinas de escrever «Antares» e tem, naturalmente, várias no seu estabelecimento. Pois há dias esteve lá um «caralheiro» a fazer uma instalação que «simpatisou» com uma portátil e a levou na sua mala de ferramentas.

Possivelmente não tinha falta de escrever à máquina e resolveu vendê-la a um escritório de Faro, onde a entregou «para experiências», dizendo que voltaria dias depois a receber o dinheiro.

Porém, o «Diário de Notícias» noticiou o roubo e tudo se esclareceu com um telefonema da firma que ficaria com a máquina «à experiência» e onde o larápio era conhecido como pessoa incapaç de um acto dessa natureza.

E tanto assim que o lesado preferiu não revelar o nome a prejudicar o futuro de um jovem de 18 anos, cujos pais vivem economicamente desafogados, confiando em que o «praticante» se não meta em novas aventuras.

SINTOMAS

da nossa época

Como a maioria dos nossos leitores sabe, o premiado com o aparelho de rádio cujo sorteio se efectuou no recinto da Batalha de Flores, foi o sr. Hugo Castanho.

Através da notícia que demos, houve alguém, das relações de amizade daquele nosso amigo, que teve conhecimento do facto e se lembrou que entrara no recinto das festas, com a família, com bilhetes oferecidos por aquele sr. Daqui deduziu que, o prémio poderia ter saído num dos bilhetes que o premiado comprou, ofereceu e, naturalmente, guardou.

Assim, convencido da razão que lhe assistia, escreveu de Aljustrel a pedir ao sr. Hugo que dividisse o prémio pois de contrário, apresentaria queixas...

O leitor que faça os comentários que entender, pode nem sequer nos parecer necessário acrescentar que, lógicamente, os prémios dos concursos são entregues aos portadores dos bilhetes premiados.

Egoísmo, ou falta de raciocínio?

VENDA

de propriedades

Por motivo de partilhas, vende-se, pela melhor oferta, as propriedades do falecido Manuel Marrachinho:

I — Uma courela de terra de semejar, com árvores, no sítio do Concelho, freguesia de S. Clemente de Loulé.

II — Uma courela de terra de semejar com árvores no sítio da Portela do Concelho, freguesia de S. Clemente.

III — Um monte com terras de semejar, sequero e regadio, árvores de fruto, 2 horas, casa de habitação, todos os utensílios de laboura, no sítio da Nôra de Apra, freguesia de S. Clemente de Loulé.

Enviar propostas a José Rocheira Morgado — Avenida José da Costa Mealha, n.º 1 — Loulé.

VENDE-SE

Armazém, na Rua de Nossa Senhora da Piedade.

Nesta Redacção se informa.

Casa em Quarteira

Arrenda-se, para comércio ou morar, na rua 28 de Maio, junto à rua principal. Informa-se na rua Vasco da Gama, 8 — Quarteira.

VENDEM-SE

PROPRIEDADES RÚSTICAS NOS ARREDORES DE LOULÉ

VALE D'ASNOS (Sítio das Portas do Céu). Terras de semejar, figueiras, amendoeiras, oliveiras e monte.

CHABOUCO (Sítio da Fonte d'Ara). Terras de semejar, figueiras, amendoeiras, oliveiral e alfarrobeiras.

AMENDOEIRA (Sítio da Amendoeira). Terras de mato e alfarrobeiras.

Área: 4,5 ha.

PROPOSTAS: a Fernando Moura Soares — Rua António Ferreira, 16/1.º, Dt.º — Lisboa-5.

Carimbos?

Confie as suas encomendas à Gráfica Louletana.

Perfeição, Economia, longa duração.



CASA NATAL

Mendes & Mendes, L. da

12 — Avenida Marçal Pacheco — LOULÉ

O mais completo sortido de todos os artigos de Criança

Artigos Regionais — Retrosaria — Flores Artificiais

O CASO DO LICEU DE FARO

(Continuação da 1.ª página)

ve tem a sua zona natural de recrutamento, que não pode ser forçada, sob pena de originar situações de impossibilidade de frequência, por afectar economias familiares débeis que têm na localização e na facilidade de comunicações o seu apoio.

Os Liceus de Faro e Portimão têm vida paralela, e não complementar.

Assim se contribui para que a opinião política, constitucionalmente reconhecida como elemento fundamental da política e da Administração, perca a confiança no órgão que na estrutura do regime a representa e possa ser induzida a desinteressar-se da vida das nossas instituições políticas.

Desde há muito que se esgotou a sua elasticidade.

Uma superlotação de quinhentos alunos num edifício construído para oitocentos, com a agravante de ter uma frequência feminina de mais de 50 por cento, não pode deixar de produzir toda a espécie de complicações, levantando, dia a dia, os mais devidos problemas.

As turmas não se constituem em obediência a normas pedagógicas, medem-se pelas áreas dos compartimentos onde podem ter lugar as aulas.

Estas funcionam onde há uma dependência, com ou sem condições, com evidente perturbação dos restantes serviços.

Depois de esgotados os recursos dos desdobramentos e da utilização para aulas da biblioteca, dos anfiteatros e dos gabinetes e salas dos professores, entrou-se no aproveitamento de arrecadações sem o mínimo de condições higiênicas.

O Algarve, se, por um lado, exultou com a inclusão quinta de rendimento e repouso, com belo palacete, situada a mil metros da vila de Loulé, a 6 quilómetros da praia de Quarteira e a 16 de Faro, com lindas paisagens, boas terras de semeadura, muitas árvores de fruto, com lagos e tanques, instalações para feitor e estabulos.

BLOCO DE PRÉDIOS — formando um quarteirão independente, com possibilidades de bom rendimento, situado no coração da vila de Loulé.

Acetitam-se propostas para a quinta e todos e cada um dos prédios, em carta fechada e lacrada a enviar para o escritório do advogado Francisco Manuel Sancho e Brito, Largo D. Pedro I — Loulé, telefone 207, até ao dia 22 de Março, com cópia nas mesmas condições, para o sr. Dr. Manuel Guerreiro Pereira, médico, Rua de São António, Faro. Todas as propostas serão abertas no escritório do advogado indicado, em Loulé, no dia 22 de Março às 14 horas, na presença dos herdeiros e dos interessados, reservando-se, porém, o direito de não aceitação.

Para tal requerer, ao abrigo do artigo 96.º da Constituição, na sessão desta Assembleia de 23 de Abril do ano findo, que me fosse permitido conhecer alguns dados referentes aos liceus contemplados pelo Decreto-Lei n.º 41 572 e, bem assim, ao Liceu de Faro.

Em sessão de 23 de Outubro, também do ano findo, solicitei a V. Ex.º, Sr. Presidente, providências para a remessa dos referidos elementos. Com a gentileza e o interesse habitual, prometeu V. Ex.º insistir pela satisfação do meu pedido.

Apesar de não se tratar de segredo de Estado e apenas de uma simples colheita de elementos que devem estar à mão dos ser-

viços, não se quis ter a atenção de os fornecer.

Insiste-se em conter o erro político, que acaba de ser brilhantemente comentado com tanta propriedade pelo nosso considerado colega Dr. Carlos Moreira, de não ter na devida conta o que se diz e se pede nesta Casa, que é instrumento legal e leal de apreciação dos actos do Governo e da Administração.

Assim se contribui para que a opinião política, constitucionalmente reconhecida como elemento fundamental da política e da Administração, perca a confiança no órgão que na estrutura do regime a representa e possa ser induzida a desinteressar-se da vida das nossas instituições políticas.

